



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. ALBERTO CARVALHO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/PORTUGUÊS**

**CINTIA SOARES DE MORAES**

**O USO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS NA  
EDUCAÇÃO DO FUNDAMENTAL II: DESAFIOS E PERSPECTIVAS  
NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ESCOLARES**

Itabaiana – SE  
2025

CINTIA SOARES DE MORAES

O USO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS NA EDUCAÇÃO DO  
FUNDAMENTAL II: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL  
DOS SURDOS EM SALA DE AULA REGULAR

TCC apresentada ao Curso de Letras/Português, do Departamento de Educação do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Letras/Português.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Msc. Daisy Mara Moreira de Oliveira.

Itabaiana – SE  
2025

CINTIA SOARES DE MORAES

O USO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS NA EDUCAÇÃO DO  
FUNDAMENTAL II: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL  
DOS SURDOS EM SALA DE AULA REGULAR

Data de Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

1º. Orientador – examinador

---

2º. Orientador – examinador

---

3º. Orientador – examinador

**AGRADECIMENTOS**

No decorrer desses últimos quatro anos de jornada acadêmica, meus agradecimentos são muitos:

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, por me conduzir pelos caminhos da persistência e sabedoria; por nunca desistir de mim, por me ensinar que os desafios são bastante, e nos fazem mais fortes. Enfrentei muitas dificuldades, muitas lágrimas foram derramadas, mais uma vez, Ti agradeço Senhor! Obstáculos que me fizeram mais forte, acreditando cada vez mais que para Deus nada é impossível!

Quero agradecer especialmente aos meus pais, Alessandro e Joelma que estiveram comigo desde o início, os quais me incentivaram e me ajudaram na escolha do curso até aqui, sempre me impulsionaram a estudar, e se fizeram presentes todas as vezes nas quais a caminhada parecia ser impossível, eles estavam lá me mostrando que nada é impossível. Agradeço a minha irmã Suelma que foi o meu apoio emocional não só durante esses anos acadêmicos, mas durante toda a sua vida.

Agradeço também a minha orientadora Daisy Mara, a qual se mostrou sempre à disposição para esclarecer minhas dúvidas e me orientar durante todo o processo desse trabalho, sempre com seu jeito doce e calmo. Gratidão a todos que me ajudaram ao longo do curso e deste trabalho.

Obrigada!

Obrigada!

Deus, obrigada, eu consegui!

“Quando perdemos o direito de ser diferentes,  
perdemos o privilégio de ser livres”

*Charles Evans* ✎

**RESUMO**

A Língua de Sinais é muito importante para o desenvolvimento pessoal e social da criança surda, pois as experiências vivenciadas através desta, permitirão a criança adquirir uma linguagem que viabiliza sua comunicação com as pessoas ouvintes ou não e compreender o mundo que a cerca. Este Trabalho de Conclusão de Curso tem o objetivo geral de averiguar o uso da língua brasileira de sinais- LIBRAS no ambiente educacional do Ensino Fundamental II numa Escola Municipal de Areia Branca-SE, na sala de aula convencional. Para tanto, o caminho metodológico traçado neste estudo, traz como natureza, a abordagem qualitativa, recorrendo, também, a pesquisa bibliográfica em livros e artigos publicados sobre o tema para uma sustentação teórica os quais foram: os estudos de Guarniello (2009), Mantoan (2003) abordando a inclusão do aluno em escola regular, Gil (2008), Oliveira (2008), Rodrigues (2006) e Calado (2006) os quais tratam da metodologia e seus tipos, Ferreira (2021), Mendonça (2018) e Silva et al (2022) foram usados na fundamentação teórica, Lacerda (2006), Santana (2010), Siluk et al (2014), abordaram sobre o uso da Libras na educação e métodos didáticos, além desses também foram usados as leis e diretrizes brasileiras como a lei nº 13.146/2015, entre outros. Para coleta de dados, o instrumento aplicado foi entrevista semiestruturada tendo como participantes uma professora, um coordenador e uma intérprete, da escola citada, que atuam com um aluno surdo em sala de aula regular. Após a coleta de dados, deu início às análises e tratamento do conteúdo para produção dos dados. Os resultados apontaram falta de recursos didáticos e a ausência de qualificação dos profissionais envolvidos de forma direta com a escolarização destes estudantes que não conseguem traçar seu percurso acadêmico com os demais estudantes. Outra dificuldade são professores atuantes com esse aluno surdo, sem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e as especificidades provenientes dessa população. Conclui-se ser necessário que o educador possua metas e objetivos, saber o que vai passar para seus alunos surdos, não perdendo de vista como deve ensinar e para quem ensinar. Conscientizando-se que deve formar um aluno concreto, real, em um processo integrado ao contexto cultural e histórico em que se situa no ensino e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Inclusão Social. Alunos Surdos. Ensino e Aprendizagem.

**ABSTRACT**

Sign Language is very important for the personal and social development of deaf children, because the experiences they have through it will allow them to acquire a language that enables them to communicate with hearing and hearing people and to understand the world around them. This Final Course Work has the general objective of investigating the use of Brazilian Sign Language - LIBRAS in the educational environment of Elementary School II in a Municipal School of Areia Branca-SE, in the conventional classroom. Therefore, the methodological path outlined in this study has a qualitative approach as its nature, also resorting to bibliographic research in books and articles published on the subject for theoretical support, which were: the studies by Guarniello (2009), Mantoan (2003) addressing the inclusion of students in regular schools, Gil (2008), Oliveira (2008), Rodrigues (2006) and Calado (2006) which deal with the methodology and its types, Ferreira (2021), Mendonça (2018) and Silva et al (2022) were used in the theoretical basis, Lacerda (2006), Santana (2010), Siluk et al (2014), addressed the use of Libras in education and didactic methods, in addition to these, Brazilian laws and guidelines such as Law No. 13,146/2015, among others, were also used. For data collection, the instrument applied was a semi-structured interview with the participants being a teacher, a coordinator and an interpreter from the aforementioned school, who work with a deaf student in a regular classroom. After data collection, the analysis and processing of the content for data production began. The results indicated a lack of teaching resources and the lack of qualifications of the professionals directly involved in the education of these students who are unable to trace their academic path with the other students. Another difficulty is that teachers working with this deaf student do not know Brazilian Sign Language (LIBRAS) and the specificities arising from this population. It is concluded that it is necessary for the educator to have goals and objectives, to know what he/she will pass on to his/her deaf students, not losing sight of how he/she should teach and to whom he/she should teach. He/she is aware that he/she must educate a concrete, real student, in a process integrated with the cultural and historical context in which he/she is situated in teaching and learning.

**Keywords:** Brazilian Sign Language – LIBRAS. Social Inclusion. Deaf Students. Teaching and Learning.

## SUMÁRIO

**RESUMO****ABSTRACT**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 METODOLOGIA .....</b>	<b>14</b>
1.1 Tipo de pesquisa.....	14
1.2 O campo da pesquisa: caracterização.....	15
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>17</b>
2.1 O Sistema de Educação Inclusiva e a LIBRAS como direito do sujeito surdo em sala de aula.....	17
2.1.1 Educação Inclusiva.....	17
2.1.2 Inclusão de LIBRAS na escola como a primeira língua dos surdos.....	19
2.1.3 Impacto da LIBRAS na educação e na vida social dos surdos.....	21
2.2 A proposta legal de uma educação inclusiva no Brasil.....	22
<b>3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>25</b>
3.1 Entrevista com P1.....	25
3.2 Entrevista com P2.....	29
3.3 Entrevista com P3.....	33
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICES</b>	

**INTRODUÇÃO**

O tema da inclusão tem sido amplamente discutido atualmente, gerando questionamentos, sobretudo por se tratar de um assunto voltado para grupos minoritários da sociedade. Com a evolução da legislação voltada para pessoas com necessidades educacionais especiais, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) - é necessário que o aluno com necessidades especiais esteja matriculado em uma escola regular, o que requer mudanças no sistema educacional, não apenas com o intuito de integrá-lo, mas sim visando uma inclusão efetiva e significativa (MANTOAN, 2003).

A inclusão de pessoas surdas apresenta desafios únicos, uma vez que esses indivíduos utilizam uma língua própria, distinta da língua oral-auditiva predominante. Enquanto a maioria da população se comunica em Língua Portuguesa, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS se torna fundamental para a plena participação dos surdos na sociedade. Contudo, o ambiente escolar muitas vezes carece de profissionais capacitados para lidar com essa demanda, na falta deste haverá comprometimento do desenvolvimento educacional e social desses alunos. Diante disso, torna-se essencial investigar as práticas pedagógicas que envolvem o bilinguismo e a inclusão social dos alunos surdos, com o objetivo de aprimorar o ensino e promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Nos últimos anos, a luta pelos direitos das pessoas surdas tem ganhado visibilidade, especialmente após a regulamentação da LIBRAS pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Além disso, o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 o que enfatiza a importância da LIBRAS na educação dos surdos e a publicação de políticas, que incentivam a educação bilíngue. No entanto, apesar desses avanços, ainda há muitos desafios na implementação efetiva dessas políticas, especialmente no ambiente escolar. Este contexto levanta questões importantes sobre a eficácia das práticas educativas voltadas para os alunos surdos e o papel do bilinguismo no processo de ensino-aprendizagem.

Diante dos desafios relacionados à inclusão de pessoas surdas, surgem algumas questões: como são realizadas as práticas educacionais voltadas para alunos surdos? A escola implementa o uso de duas línguas? O bilinguismo tem representado um obstáculo para professores e alunos?

Diante disto, o objetivo geral da pesquisa é o de averiguar o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS no ambiente educacional do Ensino Fundamental II numa Escola Municipal de Areia Branca-SE, e como esta língua influencia no desenvolvimento cognitivo do deficiente auditivo na sala de aula convencional. Já os objetivos específicos são: Apresentar a fundamentação teórica da pesquisa através dos seguintes itens: a relevância da Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS no âmbito educacional e na promoção da inclusão social das pessoas surdas na literatura, a importância do ensino bilíngue como favorecedor no desenvolvimento cognitivo e social do sujeito surdo; identificar através da observação em campo como o ensino bilíngue auxilia no desenvolvimento cognitivo e interacional.

A importância desta pesquisa justifica-se diante da urgência da inclusão do indivíduo surdo no ambiente escolar, respeitando suas particularidades, o que vai além de simplesmente promover sua presença na escola. É fundamental buscar sua formação educacional e profissional, conforme determina a legislação brasileira Lei nº 13.146/2015 ao garantir que o aluno surdo esteja inserido na escola regular como um membro ativo do contexto social.

Outra justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de ampliar o conhecimento acadêmico sobre a inclusão de alunos surdos no sistema educacional, com foco na aplicação da LIBRAS do ensino bilíngue. Embora existam estudos sobre o tema, há uma carência de pesquisas que abordem de forma integrada os aspectos pedagógicos, linguísticos e legais envolvidos na educação de surdos (GUARINELLO, 2009). Dessa forma, esta pesquisa contribuirá para o campo acadêmico, oferecendo novos dados e percepções que podem enriquecer a literatura existente e orientar futuras investigações e práticas pedagógicas voltadas para a inclusão de alunos surdos no ensino fundamental maior.

Este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC encontra-se organizado em três capítulos, sendo que a introdução apresenta o tema da pesquisa, objetivos gerais e específicos, questões norteadoras e a justificativa desta pesquisa; o primeiro capítulo apresenta a metodologia e nele serão ressaltadas as técnicas que foram utilizadas para obter seus resultados; o segundo capítulo expõe a fundamentação teórica, trazendo abordagens sobre Educação Inclusiva; Inclusão da LIBRAS na escola como a primeira língua dos surdos; Impacto da LIBRAS na educação e na vida social dos surdos; A proposta legal de uma educação inclusiva no Brasil: Legislação e políticas

públicas externas para inclusão de surdos; os demais tópicos descrevem os resultados da pesquisa de campo, discussões e, finalmente a conclusão.

## **1. METODOLOGIA**

O presente capítulo irá reportar a descrição do percurso metodológico do estudo, enfocando nos procedimentos de pesquisa, na instituição lócus da investigação.

Compreende-se metodologia como um conjunto de técnicas e métodos utilizados para uma determinada finalidade de alcançar o objetivo almejado de uma pesquisa.

Neste sentido, o autor Rodrigues (2006, p. 53) diz que “A metodologia é a maneira concreta de realizar a busca do conhecimento desejado de forma racional e eficiente.”.

Calado (2006, p.58) relata que a metodologia de um trabalho científico:

[...] define a forma a ser (no caso de projetos) ou que foi (no caso dos relatórios de pesquisa) utilizada para a realização do mesmo. Trata-se de elucidar qual o tipo de pesquisa, seu universo e amostra, quais serão (ou quais foram) os sujeitos da pesquisa, quais serão (ou foram) os instrumentos utilizados para a coleta de dados, assim como esses dados deverão ser (ou foram) tratados e em quanto tempo o estudo será realizado (quando se tratar de projeto).

Mediante o que fora indicado na pesquisa, já aludido no decurso do trabalho, partimos da premência de entender como ocorre o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS no ambiente educacional do Ensino Fundamental II numa escola Municipal de Areia Branca-SE.

### 1.1 Tipo de Pesquisa

Para a realização deste estudo, servimos da pesquisa de campo com abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, visto que Rodrigues (2006, p. 55) conceitua abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa como sendo:

Quando não emprega procedimentos estatísticos na abordagem da pesquisa, é utilizada para investigar um determinado problema de pesquisa, cujos procedimentos estatísticos não podem alcançar devido à complexidade do problema, como opiniões, comportamentos, atitudes do indivíduo ou grupo.

A escolha para a concretização da pesquisa de campo ocorreu pelo motivo de entender que através do contato direto com o objeto de estudo irá tornar possível o entendimento, já que pode ser observado o fenômeno assim como ele se processa.

Foram utilizadas observação e entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados através de gravação de áudio em um aparelho eletrônico, precisamente um smartphone, modelo iPhone 11Pro Max, que em seguida foram transcritas para a pesquisa que tem foco em especial no uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS no ambiente educacional. Acerca disso, Gil (2008, p. 16) ressalta que: “Por um lado, pode ser considerado como o mais primitivo e, conseqüentemente, o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais”.

Na concepção de Lüdke e André, (1986, p. 34) “a entrevista permite correções, esclarecimentos e adaptações que a torna sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas” e por ser semiestruturada, o entrevistador não se detém apenas as questões previamente selecionadas.

## 1.2 O campo da pesquisa: caracterização e dados coletados na escola

A pesquisa foi elaborada em uma Escola do Município de Areia Branca – Sergipe, pertencente à rede municipal de ensino, jurisdicionada à Secretaria Municipal de Educação.

A escola investigada funciona em três turnos com 801 alunos sendo eles: Nos turnos da manhã e da tarde funcionam as turmas do 6º ao 9º ano regular. A noite funciona o EJA Modular 1ª Fase, com duração de 1 ano e meio (que correspondem ao 1º ao 5º ano), e a 2ª Fase com duração de 2 (dois) anos que correspondem aos anos do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), distribuídos em 21 turmas.

Esta instituição escolar é composta por 12 salas de aulas, sendo 01 destinada à sala de Recursos, 01 laboratório de informática da escola (LIE), 01 auditório, 01 sala para rádio escola que não funciona, 01 almoxarifado, 01 sala de professores, 01 cozinha, 01 depósito de alimentos e 14 banheiros, sendo 02 para professores, 02 com acessibilidade, 10 para os alunos.

Na referida escola o corpo docente e administrativo é formado por: 31 professores, 01 diretora, 01 coordenador, 02 professores reabilitados, frisando que possuem licenciatura, graduação e especialização, trata-se de uma condição fundamental para a atuação nas séries da Educação Básica, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, segundo o Art. 62; 03 agentes

administrativos, 04 merendeiras, 05 serviços gerais e 03 vigilantes. A escola possui 1 aluno com deficiência auditiva, no 9º ano D do ensino fundamental.

Foi possível observar através dessa pesquisa que devido ao choque de horário da disciplina de Língua Portuguesa e as atividades na sala de recursos, a aluna não frequenta as aulas de português e a não preocupação por parte dos educadores e gestores da escola, dificultam a aprendizagem da estudante surda, visto que a aluna necessita do domínio linguístico de ambas as línguas para que possam interagir efetivamente em sociedade.

Vale salientar que esses recursos não apenas facilitam o aprendizado dos alunos com deficiência, mas também enriquecem o ambiente de aprendizagem para todos os estudantes, tornando as aulas mais dinâmicas e significativas, porém, não somente o professor como também todos envolvidos devem perceber a realidade bilíngue do Surdo e compreender que a Língua de Sinais é indispensável na compreensão da Língua Portuguesa escrita.

A escola possui um Conselho deliberativo, que nele consta o Conselho Escolar que tem como finalidade gerenciar os recursos financeiros oriundo do governo federal (MEC).

Em pesquisa examinando o PPP da escola, observamos que nas questões relacionadas a deficiência é proposto o cumprimento a Lei nº 13.146/2015 de 06 de julho de 2015 que assegura e promovem condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania e o Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008 que dispõe sobre atendimento educacional especializado, que regulamenta o parágrafo único do artigo 60 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

## 2.1 O Sistema de Educação Inclusiva e a LIBRAS como direito do sujeito surdo em sala de aula.

### 2.1.1 Educação Inclusiva

Os indivíduos com deficiência ou necessidades especiais têm o direito fundamental de interagir com diferentes pessoas, conforme garantido por políticas públicas estabelecidas no artigo 5 e no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Essas políticas não apenas asseguram a igualdade de acesso à educação e ao desenvolvimento pessoal, mas também promovem o exercício pleno da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho (Brasil, 1988). Nesse contexto, é crucial refletir sobre a qualidade da educação oferecida a essas pessoas, pois a mera presença física em instituições de ensino não garante uma inclusão verdadeira.

O debate entre integração e inclusão é central para essa discussão. A integração, como descrito por Ferreira (2021), coloca a responsabilidade do sucesso exclusivamente sobre o indivíduo com deficiência, exigindo que este se adapte ao ambiente escolar sem que a instituição modifique suas práticas pedagógicas para atendê-lo. Em contraste, a inclusão é um conceito mais amplo e exige que as escolas criem ambientes de aprendizagem acessíveis, adequados para educar alunos com deficiências ou necessidades especiais. Isso implica que a responsabilidade pela adaptação deve recair sobre a instituição, a qual deve garantir estruturas e práticas pedagógicas apropriadas para todos os estudantes (MENDONÇA, 2018).

Conforme o artigo 208, inciso III da Constituição Federal, é dever do Estado oferecer atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com deficiência (BRASIL, 1988). Essa premissa reforça que a inclusão deve ser uma prática valorizada e encarada como uma oportunidade para promover a convivência com a diversidade. Como Santos (2020) argumenta, a inclusão não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como um privilégio que enriquece o ambiente escolar, promovendo a valorização das diferenças entre os indivíduos.

A construção de uma sociedade mais justa e igualitária começa na escola. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais vai além da simples matrícula desses estudantes; requer uma transformação profunda no currículo, nas

metodologias de ensino e nas atitudes dos docentes. Como apontam Rocha e Vieira (2021, p. 69) “a inclusão exige uma abordagem pedagógica inovadora que desafie as estruturas tradicionais da educação e reconfigure a maneira como o ensino é conduzido”. Cabral (2022) ainda acrescenta que isso inclui não apenas a capacitação dos professores, mas também o suporte contínuo para que possam aplicar práticas pedagógicas inclusivas com eficácia.

Além disso, é fundamental que as escolas se tornem em espaços onde a aceitação e o respeito pela diversidade sejam valores centrais. Cada aluno, independentemente de suas capacidades, deve ser tratado como um indivíduo único, com suas próprias necessidades e potencialidades. Para alcançar esse objetivo, é imprescindível que a instituição escolar seja equipada com profissionais especializados que possam oferecer o suporte necessário, não apenas para os alunos com deficiência, mas também para os demais membros da comunidade escolar. Os professores, por sua vez, devem buscar continuamente capacitação e advocacia por políticas educacionais públicas que reforcem a inclusão (CABRAL, 2022).

No entanto, a luta pela aceitação e inclusão de pessoas com deficiência não deve se restringir ao cumprimento das disposições constitucionais. É igualmente necessário que essas batalhas sejam materializadas através de ações políticas e institucionais concretas, que programem políticas públicas voltadas à promoção da diversidade e inclusão. Tais políticas devem abordar não apenas aspectos educacionais, mas também elementos linguísticos, sociais, econômicos e culturais, criando um ambiente que respeite e valorize todas as formas de diversidade (JESUS; SANTOS NETO; SOUZA, 2023).

Portanto, é evidente que a educação inclusiva requer uma mudança de paradigma no ambiente escolar. Em vez de tratar o aluno com deficiência como um problema a ser resolvido, as escolas devem se adaptar para atender às diversas necessidades de todos os estudantes. Isso significa que a prática pedagógica deve ser flexível, acolhedora, ajustando-se para proporcionar uma educação de qualidade, que seja verdadeiramente inclusiva e acessível a todos.

### 2.1.2 Inclusão da LIBRAS na escola como a primeira língua dos surdos

Indivíduos surdos comunicam-se de maneira distinta dos ouvintes, uma vez que, desde o nascimento, não têm acesso aos sons das palavras e, portanto, não

conseguem emitir-las verbalmente. Para superar essa barreira, utilizam uma língua de modalidade visual-gestual, no caso do surdo brasileiro a Libras. Como afirmam Santos, Souza e Santos (2019, p. 8):

A sigla LIBRAS significa Língua Brasileira de Sinais, sendo caracterizada como um sistema de comunicação gestual que transmite ideias e possibilita a interação. Trata-se de uma língua visual-gestual que envolve gestos e expressões faciais captados pela visão.

Ferreira (2021) destaca que as línguas de sinais diferem das línguas orais, pois a comunicação por sinais ocorre por meio de gestos visuais e não pela fala. Os sinais são produzidos e compreendidos no espaço visual, utilizando as dimensões disponíveis para construir aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos, a fim de transmitir significados que são interpretados com base nessas dimensões espaciais.

Quando crianças e jovens surdos ingressam na escola, é crucial que recebam material visual e instrução adequada para expandir seu conhecimento. Ao contrário dos alunos ouvintes, que chegam às escolas já fluentes em português, os alunos surdos frequentemente não dominam plenamente sua língua. Por isso, a escola deve criar um ambiente que permita que esses alunos aprendam inicialmente a Língua de Sinais e, posteriormente, a língua portuguesa (SILVA et al., 2022).

Portanto, é essencial garantir o direito dos indivíduos surdos de se desenvolverem participando de experiências que considerem a diversidade dos processos humanos. As escolas que recebem alunos surdos devem incluir a LIBRAS como a primeira língua de comunicação, com o português como segunda opção. Essa abordagem permite que os indivíduos surdos participem ativamente da sociedade.

Ferreira e Porto (2020) afirmam que a participação ativa dos surdos na escola e em todo âmbito social é um gesto de respeito ao direito dos surdos de utilizarem a LIBRAS como seu idioma nativo, facilitando a comunicação, especialmente com outros surdos, e promovendo uma maior inclusão.

Mendes (2023) ressalta a necessidade de uma maior difusão da Língua de Sinais na sociedade para garantir aos surdos os espaços que necessitam como cidadãos. Embora as escolas desempenhem um papel importante na interação dos surdos em sua própria língua, elas também devem transmitir conhecimentos específicos e moldar o cidadão socialmente.

De acordo com o Decreto 5.626 Capítulo VI, art. 22, os estabelecimentos de ensino da educação básica devem assegurar a inclusão de estudantes por meio da implementação de práticas que garantam acessibilidade e igualdade de oportunidades (BRASIL, 2005),

É imprescindível lutar por uma escola que reconheça a LIBRAS como uma língua adquirida pelos surdos. As famílias de alunos surdos devem colaborar com as escolas para desenvolver estratégias de alfabetização, prioritariamente na LIBRAS, visto que uma criança surda que não tem acesso à LIBRAS desde cedo pode enfrentar atrasos na linguagem em comparação com outras crianças. Devido ao grau de surdez, a comunicação oral torna-se cada vez mais distante, tornando essencial o uso da LIBRAS para a comunicação com a família e a escola (GUIMARÃES; CRUZ, 2021).

Tanto a escola quanto a família têm um papel fundamental na vida das crianças surdas, proporcionando-lhes oportunidades para participar da interação social em diversos contextos. A educação para surdos enfrentou desafios históricos, e como apontam Silva et al. (2022, p. 74): “[...] os surdos eram vistos como primitivos. Isso levou à crença de que eles não podiam ser educados até o século XV, e somente a partir do século XVI surgiram os primeiros educadores surdos”.

Rocha e Vieira (2021) observam que as escolas muitas vezes lidam com questões envolvendo a aceitação familiar de um membro com deficiência auditiva, e que os surdos constroem suas identidades buscando superar as limitações impostas pela sociedade.

Assim como todas as crianças, as crianças surdas podem enfrentar dificuldades iniciais na compreensão da linguagem comunitária. Portanto, é essencial educá-las primeiramente na língua de sinais para garantir sua inclusão social. A adoção da LIBRAS como principal idioma nas escolas, juntamente com o Português, pode promover a integração das pessoas surdas na sociedade, assegurando acesso aos ambientes educacionais e sociais que lhes pertencem, como será abordado na próxima seção.

### 2.1.3 Impacto da LIBRAS na educação e na vida social dos surdos

A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS impactou positivamente na vida e na educação dos surdos, de modo que a libras se tornou um elemento vital para que eles sejam capazes de se comunicar, através de uma língua criada exclusivamente para eles, o que facilita o acesso dos surdos aos materiais escolares e também em seu

meio social. Ademais da linguagem nativa dos surdos, há outros meios de favorecer os estudos desses alunos com o intuito de garantir um aprendizado mais adequado, que seria através de professores bilíngues, intérpretes e materiais de sala de aula adaptados (LACERDA, 2006).

A LIBRAS permite que os alunos surdos se expressem, participem de atividades escolares, se relacionem com colegas e instrutores e adquiram conhecimento de forma independente. Isso ajuda no progresso de habilidades acadêmicas, cognitivas e sociais. Essas habilidades são importantes para o sucesso escolar e para continuar estudando em níveis superiores.

Os alunos surdos precisam ter a capacidade de autonomia desde a escola ao âmbito social, sendo assim a LIBRAS auxilia os surdos, ofertando uma opção de melhor comunicação, não apenas na escola, mas em todas as áreas da sua vida, diminuindo assim os obstáculos para esse sujeito. Além disso, a LIBRAS também se torna essencial para a construção da identidade própria do sujeito surdo, o que, por conseguinte eleva a autoestima desse sujeito, e beneficia em outros aspectos como a própria personalidade do aluno, tornando-a mais forte (SANTANA, 2010).

No entanto, o sucesso da LIBRAS na educação e na vida social depende de políticas públicas inclusivas, formação e percepção dos profissionais e a conscientização da sociedade em geral. Embora existam algumas leis e diretrizes que atestam os direitos dos alunos surdos, ainda há uma carência de benefícios para esses alunos, pois há uma necessidade maior de qualificações, materiais didáticos adaptados e também estruturas adequadas (LODI, 2013). Assim, para que a inclusão dos surdos seja verdadeiramente eficaz e promova a igualdade em todos os âmbitos da vida, é essencial que a educação bilíngue e a difusão da LIBRAS sejam ampliadas e valorizadas.

Como resultado, a LIBRAS não é apenas um meio de comunicação, mas também é essencial para a inclusão social dos surdos, pois os interliga à educação e à sociedade. A presença de intérpretes da LIBRAS e professores bilíngues em escolas é fundamental para atestar que os surdos recebam um ensino de alta qualidade em igualdade de condições com seus colegas ouvintes. Esses profissionais são essenciais para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes, a fim de proporcionar um local mais amplo e cooperativo onde todos possam aprender e se expressar de forma plena.

Ainda há uma escassez significativa nas escolas de recursos, como intérpretes, materiais didáticos inclusivos e principalmente a qualificação de professores para lidar com esses alunos. Nem todas as escolas ofertam esses recursos para alunos com necessidades, apesar de termos hoje a opção da LIBRAS, o que já é um avanço considerável, junto com todos os direitos desses alunos, mas ainda há muito o que evoluir para que a inclusão de alunos com deficiência seja realmente acolhedora e prestativa.

O ensino bilíngue permite ao aluno surdo um caminho favorável para o desenvolvimento de suas competências. A construção de uma forte identidade surda com respeito à cultura e à língua de sinais ajuda os surdos a se sentirem emponderados e capazes de lutar por seus direitos. Dessa forma, os surdos estão muito mais aptos, e incentivados a continuar os estudos desde o fundamental ao ensino superior, pois, está mais assegurado atualmente, o que também permite que o sujeito surdo esteja mais enturmado na sociedade em geral, desde comércios, a vida pessoal, visto que o ensino bilíngue abrange todas as áreas da vida de uma pessoa surda, possibilitando ter uma vida dita normal como um sujeito ouvinte.

Por fim, a disseminação e o uso da LIBRAS são vitais para a inclusão dos surdos na educação e para a criação de uma sociedade mais justa, onde a diversidade linguística é respeitada e todos têm a oportunidade de se expressar e participar plenamente. Enquanto língua oficial e legítima, a Libras serve como uma ponte para um futuro onde as barreiras de comunicação não existam mais.

## 2.2 A proposta legal de uma educação inclusiva no Brasil

Quando tratamos de educação e inclusão de alunos surdos, se torna fundamental ressaltar as leis e políticas públicas que asseguram esses alunos, desse modo, torna-se imprescindível que principalmente os alunos surdos compreendam as principais normas e diretrizes que garantem seus direitos. Essa compreensão além de emponderá-los, também promove uma conscientização dos seus direitos educacionais.

Partindo dessa premissa, temos a Constituição Federal de 1988. Essa Constituição Brasileira assegura que todos têm direito a educação e afirma que tenham as mesmas condições para acessar e permanecer na escola (Art. 205). Além

disso, realça a responsabilidade do Estado de prover aos portadores de deficiência<sup>1</sup>, educação especializada, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208, III).

Há também outras leis e diretrizes que garantem que pessoas com deficiência estejam asseguradas em seus estudos por meio de recursos que auxiliem no desenvolvimento cognitivo desse aluno. Outra lei que enfatiza o dever desse sujeito é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei nº 9.394/1996, a qual também defende o direito à educação para todos e destaca que os alunos com deficiência devem receber educação especializada em todos os níveis de ensino. Com apoio de recursos específicos e adaptações necessárias (Art.58 a 60).

Existem também outras leis mais específicas a eles, como por exemplo, o Decreto nº 5.626/2005, que regulariza a Lei nº 10.436/2002, que identifica a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como um meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil, garantindo que os alunos tenham direito à educação bilíngue, com a utilização da LIBRAS e do português como segunda língua.

É evidente que alunos com deficiência necessitam de uma atenção maior, de mais recursos estabelecidos de acordo com a necessidade de cada aluno, dessa forma o ensino regular deve estar sempre apto para receber esses alunos, oferecendo a eles tudo que as leis e constituições trazem a respeito dos recursos necessários e ensino especializado, para estes alunos. Incluindo assim qualquer aluno no âmbito educacional de forma mais confortável possível para o mesmo.

Outra lei que assegura o deficiente auditivo no que é direito deles, é a Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI que estabelece padrões para a inclusão de pessoas com deficiência, incluindo surdos, garantindo que os sistemas educacionais tenham recursos e acessibilidade adequados para os alunos com deficiência. Ela enfatiza que ambientes acessíveis e 'adaptações curriculares, bem como apoio por meio de tecnologias assistivas e intérpretes de LIBRAS, são essenciais.

Há ainda mais algumas diretrizes que apoiam a inclusão desses sujeitos na educação como a Política Nacional de Educação Especial em relação à Educação e. Nos dias atuais não se usa mais a nomenclatura Pessoas com Deficiência. O termo adequado para usar atualmente em leis e convenções nacionais e internacionais. Isso porque inclusiva em 2008 - essa política defende a inclusão de alunos com deficiência, ele foca na pessoa e não na sua deficiência como os termos anteriores. Pessoa com Deficiência, ou PCD, transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades ou superdotação nas escolas regulares para garantir que todos tenham acesso, participação e oportunidades de aprendizado iguais. Ela determina capacitar os

educadores para usar recursos de acessibilidade, bem como intérpretes de Libras e materiais didáticos específicos.

Outra importante emenda para esta pauta é a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CDPD, que foi ratificada pelo Brasil em 2008 como uma emenda constitucional, aponta o compromisso do país em garantir que as pessoas com deficiência sejam incluídas em todos os aspectos da vida, incluindo a educação. A Convenção exige que os sistemas educacionais sejam inclusivos em todos os níveis, com um foco especial nas adaptações e acessibilidades do currículo para alunos com deficiência.

Assim, uma educação inclusiva de alta qualidade para alunos surdos depende dessas políticas públicas e leis. Elas defendem o direito dos alunos ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, juntamente com os recursos necessários para que todos os alunos se envolvam plenamente na aprendizagem.

### **3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA**

A investigação inicial ocorreu através de uma visita na escola pesquisada, realizando a observação nos dois turnos, (matutino e vespertino), nos meses de agosto e setembro de 2024.

Buscou-se permissão da direção e dos professores para que realizasse a entrevista com o professor, coordenador e interprete de LIBRAS, empreendendo um diálogo explicando o objetivo da pesquisa que seria colher dados sobre a instituição, e observar como ocorre a inclusão do aluno surdo no ambiente educacional no Ensino Fundamental II, na sala de aula convencional. Ressaltando que, todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - (Em anexo).

Os colaboradores para o presente estudo são três, sendo uma professora que será identificada por P1; um coordenador identificado por P2; e um interprete de LIBRAS, identificado por P3. Com o intuito de garantir a ética, as identidades dos participantes e da escola pesquisada será resguardado o nome real dos mesmos. As faixas etárias dos mesmos são acima de 25 anos e com experiência no magistério entre 10 e 21 anos.

As situações observadas em sala de aula e os depoimentos coletados no decorrer da entrevista com os envolvidos tem suma importância para o conhecimento além da teoria, aprendizado e experiência no procedimento desse trabalho.

### 3.1 Entrevista com P1

A entrevista com a professora P1 visou colher informações sobre o atendimento oferecido ao aluno surdo, o desenvolvimento da linguagem e, principalmente, o ensino da LIBRAS.

Sendo assim, inicialmente indagamos sobre métodos ou estratégias pedagógicas utilizadas para ensinar conteúdos a alunos surdos, P1 respondeu:

*É minha primeira experiência que estou tendo este ano com uma aluna surda, e o que eu posso facilitar um pouco a aprendizagem dela é utilizar Datashow com imagens, que serve tanto pra ela visualizar a imagem junto com a interpretação da professora de libras, como para os demais alunos do ensino regular. Quando não é o Datashow, eu utilizo as imagens do livro juntamente com o apoio pedagógico da interpretação da professora de libras.*

Vale salientar que na educação inclusiva, os métodos didáticos visuais utilizados são de fundamental importância para o ensino e aprendizagem do aluno surdo, nesse processo, as especificidades da língua e da cultura surda deve se fazer

presente na prática docente e pedagógica do professor e da escola, como afirma Siluk et al. (2014, p. 272): “[...] De preferência, utilizar recursos visuais como gravuras e/ou dramatizações”.

Acerca deste enfoque, P1 acredita que com as orientações do Datashow e a sua presença ativa nesse processo de escolarização o ensino e aprendizagem destes indivíduos terá mais sucesso, reconhecendo, também a importância do apoio do intérprete nesse processo.

Dentro dessa perspectiva, as metodologias usadas na educação inclusiva, devem atender as especificidades linguísticas e visuais do aluno surdo, cabendo a docente traçar, reorganizar, aprimorar e/ou criar situações de aprendizagens que favoreçam o desenvolvimento educacional deste indivíduo, e observar se a sua estratégia metodológica tem proporcionado a ele o acesso ao conhecimento. À vista disso, o professor deve estar preparado para ofertar uma prática docente assertiva, eficiente e inclusiva, com vistas a equidade de todos os alunos. Para isso, todos devem estar presentes e engajados nesse processo.

Foi perguntado ainda sobre os desafios encontrados ao integrar alunos surdos em atividades de grupo com alunos ouvintes, P1 salientou que:

*Este ano, por incrível que pareça, eu não fiz nenhuma atividade em grupos com eles, então não tenho essa vivência desses alunos surdos com os alunos ouvintes.*

Observou-se que a professora não chega ao menos a incentivar a interação entre alunos ouvintes e surdos nas atividades em grupo. É importante a interação entre ouvintes e surdos em sala de aula, pois, torna possíveis contatos em LIBRAS e Português. Vitorino e Souza (2020) corroboram que:

*Da mesma forma que os alunos ouvintes, os alunos surdos devem vivenciar o ambiente escolar como um espaço destinado à socialização e interação; como um espaço que garanta o seu direito ao aprendizado, que ofereça uma educação de qualidade e respeite a sua cultura e a língua de sinais (VITORINO e SOUZA, 2020, p. 88).*

Quando se pergunta quais recursos visuais ou tecnológicos são empregados para facilitar a compreensão dos alunos surdos, a professora regente (P1) de sala responde:

*Os tecnológicos quando é possível, eu utilizo o datashow no auditório e materiais pedagógicos, são as imagens impressas em uma folha A4 ou as imagens do próprio livro sempre contando com o apoio da intérprete de Libras.*

De acordo com a explanação citada percebe-se que a professora utiliza uso de imagens e a adaptação de materiais como as mais frequentes, aonde esse recurso vem contribuindo no desenvolvimento da linguagem específica que é a LIBRAS, com o aluno surdo. Oferecer recursos tecnológicos visuais, como imagens, vídeos, durante a exposição, pode estimular o engajamento dos estudantes com surdez.

Para Correia e Nevis (2018, p. 7) “O recurso didático imagético tem se revelado como um importante campo a ser explorado, muitos mais que o mero uso de uma ferramenta de trabalho sofisticada”. Vale salientar que por mais que as mídias visuais sejam exploradas é relevante e, para esse objetivo é possível recorrer aos meios que ocasionem a participação de alunos surdos, também indo além das atividades tradicionais.

P1 foi indagada como os alunos ouvintes reagem ao uso de LIBRAS em sala de aula e à presença de alunos surdos, a professora apontou descrevendo:

*Eles ficam estimulados, com a presença do professor de Libras e também de acolher esse aluno surdo e eles se interessam também em aprender as instruções da professora bilingue para que possam aprender a se comunicar com esse aluno surdo.*

No ambiente da sala de aula, a relação aluno ouvinte e aluno surdo pode se converter em uma oportunidade de aprendizagem da LIBRAS para ambos envolvidos. O ambiente escolar é, por sua natureza inclusiva, propício ao desenvolvimento de relações horizontalizadas e abertas. A presença de alunos surdos em sala de aula e o uso da LIBRAS podem estimular os alunos ouvintes e contribuir para um ambiente inclusivo e igualitário.

O aluno ouvinte tem uma contribuição decisiva na inclusão do aluno surdo ao demonstrar interesse pela aprendizagem da LIBRAS ou mesmo revela um comportamento de acolhida e compreensão das diferenças existentes no universo surdo.

Quando abordado quais seriam as principais dificuldades enfrentadas pelos professores ao ensinar alunos surdos na educação fundamental, de acordo com o posicionamento de P1:

*A falta de profissionais que possam acompanhar esses alunos desde a educação infantil até o final da educação fundamental II. Então é a primeira vez que nós temos na escola um intérprete de libras em 2024, em outros anos já tivemos alunos surdos, mas não houve esse apoio com o professor de libras. Então a grande dificuldade realmente é encontrar esses profissionais pra inserir na escola.*

À vista disso, constata-se que a professora não considera que recebeu formação adequada para trabalhar com inclusão no decorrer da sua graduação, sendo um aspecto preocupante, visto que os cursos de graduação deveriam preparar os estudantes da área de licenciatura para trabalhar com estudantes inclusos que são cada vez mais comuns no contexto das escolas regulares.

Observou-se que as dificuldades encontradas pelos professores na educação da pessoa surda não estão ligadas aos alunos, mas as limitações e deficiências da formação docente.

É necessário que a formação dos futuros professores e a capacitação dos saberes daqueles que já estão nas salas de aula passe pelas áreas de inclusão, não só de forma superficial, mas de fato que sejam as necessidades compreendidas de cada aluno. Segundo Mantoan (2015, p.81):

*Formar o professor na perspectiva da Educação Inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino em todos os níveis. [...] A inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda.*

Para examinar a questão, foi investigado através da entrevista com (P1) como os alunos ouvintes percebem a inclusão de alunos surdos que utilizam LIBRAS na sala de aula, obtivemos a seguinte resposta:

*Eles acham, na minha visão, bastante interessante essa inclusão de libras, porque é outra abordagem diferente do mundo que eles vivem ao entrar em contato com essa nova linguagem libras, na presença dos colegas surdos.*

De acordo com o posicionamento da professora (P1), não existem problemas de relacionamentos com colegas surdos, demonstrando grande interesse em

aprender a LIBRAS com o objetivo de estreitar o mesmo, criando assim acesso a esse conhecimento.

### 3.2 Entrevista com P2

Entre tantas atribuições do coordenador, vale destacar que para ele também é necessário:

[...] refletir junto com o professor sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência, considerando não apenas as questões legais, mas também as representações que o grupo tem acerca da deficiência e da permanência desses alunos no espaço escolar (AGUIAR, 2010, p. 149).

Concordando com Aguiar, indagamos a P2, participante da pesquisa se a escola possui profissionais especializados, como intérpretes de LIBRAS, para apoiar os alunos surdos e como é feita a integração desses profissionais no ambiente escolar caso a resposta fosse positiva. A resposta foi:

*Sim, temos uma profissional, ela acompanha apenas um aluno surdo em suas atividades. Diante de tudo, é feita da seguinte maneira, de acordo com a necessidade a escola apoia, mas infelizmente os profissionais da educação da nossa escola são muito poucos os que têm conhecimento sobre libras.*

O profissional da educação precisa adentrar a todo contexto da Língua de Sinais, com a finalidade de entender a dimensão crítica histórico-cultural da mesma, com o intuito de compreender as perspectivas de uma educação inclusiva, para que a LIBRAS torne acessível.

À vista disso, ao se falar em educação de qualidade de imediato ocorre à necessidade da formação continuada para o professor, pois a cada dia se percebe a necessidade de conhecimento progressivo, inovado e sistematizado com o objetivo de que os desafios sejam conquistados e que dificuldades da sala de aula sejam superadas para tornar a inserção do aluno a verdadeira inclusão em que as leis propõem, mas que em sua maioria não funciona. Dessa forma, é fundamental salientar que a educação é um direito de todos, sendo imprescindível garantir esse acesso e permanência na escola, como garantido em nossa Constituição.

Quanto ao processo de interlocução entre professores e funcionários da escola, foi perguntado como a escola apoia o desenvolvimento de competências em LIBRAS entre os professores e funcionários. P2 respondeu:

*Então, como falei a pouco, de mesmo funcionário e professores, hoje são muito pouco o quantitativo de pessoas que tem realmente a capacitação em libras, graças a Deus até o momento, nós só temos apenas um único aluno, e quem a atribui a todas as competências educacionais é a própria intérprete.*

Em torno da questão de ser importante os professores terem formação e capacitação na área da LIBRAS para que as aulas a alunos surdos sejam ministradas, conduzindo a uma formação escolar consistente, as informações apontadas mostraram que a Língua de Sinais ainda se faz preterida por professores.

A falta de qualificação de professores mostra não estarem preparados para o trabalho com esse tipo de aluno deixando-o à margem do aprendizado, evidenciando o descompasso no sistema (FERRÃO; LOBATO, 2016).

Portanto, verifica-se que os prejuízos à aprendizagem do aluno surdo advindos do afastamento entre ele e o professor ouvinte pela falta de uma comunicação efetiva entre ambos, torna a qualificação do profissional docente nesta área questão fundamental à mudança no quadro de fracasso escolar deste indivíduo.

Questionou-se também, se os alunos surdos têm acesso adequado a intérprete de LIBRAS durante as aulas, P2 respondeu:

*Sim, por sermos só um, ela que dá todo o acompanhamento e aproveita também pra ver o rendimento em termo da aprendizagem do mesmo.*

A partir dessa resposta percebe-se que o intérprete estar extrapolando seu papel na inclusão do aluno surdo indicando que a comunicação, de fato, parece se restringir ao intérprete e ao aluno surdo, visto que ela faz toda a função que deveria ser dividida entre os gestores e educadores, porém além da intérprete e da professora de LIBRAS da sala de recursos, nesta instituição não há nenhum outro profissional capacitado em LIBRAS. Além disso, é possível notarmos também que sempre há uma divergência nas falas dos entrevistados que confundem o papel do professor de LIBRAS com o da intérprete, não levando em conta que ambos exercem papéis diferentes, já que o professor tem a função de ensinar a Língua Brasileira de Sinais e

o papel da intérprete se restringi apenas na comunicação do aluno surdo com os demais.

Através de algumas observações acerca de outra pesquisa, notamos que até crianças sabem diferenciar a necessidade e a importância da intérprete e da professora de Libras, como afirma Lacerda (2015, p.51): “As crianças surdas, pelo relato das ILS, demonstram perceber que a professora e a intérprete ocupam diferentes papéis.”

Quando indagado sobre qual o nível de conhecimento que os professores da educação fundamental têm sobre a LIBRAS, a resposta obtida foi:

*Então, aqui é muito baixo, apesar de alguns ter o curso básico, que é feito dentro de capacitações, mas não tendo a praticidade acaba que não servindo muito. Em contrapartida a única novidade que nós temos, é justamente a interprete que veio que tem toda sua bagagem, pra poder somar no critério desse aluno que necessita entender por meio de libras.*

Outro problema enfrentado pela instituição escolar é a falta de profissionais qualificados para ensinar a língua de sinais, encontrando apoio somente no único profissional que é o intérprete da LIBRAS. Nessa nova realidade, fica evidente a urgência de cursos para formação de professores em LIBRAS, porém cursos de qualidade, para que essa demanda por professores seja suprida.

No decorrer das observações notou-se que os profissionais ainda têm resistência em receber o aluno surdo em sala de aula por não possuir capacidade nem auxílio para implantar novas tecnologias, bem como recursos para capacitar seus profissionais de modo a tornar possível a inclusão dos alunos surdos no contexto escolar.

Ao perguntar de que forma a presença de um intérprete de Libras impacta o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, P2 respondeu:

*Então, ela contribui no processo de fazer a leitura pra que ele possa entender e por meio dessa leitura o aluno, ele vivencia o contexto e ele acaba que entendendo e fazendo a sua atividade, o que repercute no aprendizado da aprendizagem.*

Acerca dessa resposta notamos que a comunicação do aluno surdo é totalmente limitada a intérprete, e outro ponto observado nessa escola foi que a

intérprete não tem acesso com antecedência ao material que a aluna irá estudar, o que dificulta ainda mais o trabalho da mesma como mediadora no processo de ajudar a aluna a compreender e exercer suas atividades, visto que os professores não tem nenhum tipo de formação de Libras para que possa haver uma comunicação mais direta entre o professor e o aluno surdo. Dessa maneira, todo o trabalho que deveria ser dividido entre educador e intérprete se fecha exclusivamente para apenas a tradutora de libras.

A próxima questão abordada foi como a escola avalia o desempenho e o progresso dos alunos surdos e se existem adaptações nas avaliações, obtendo-se a seguinte resposta de P2:

*Então, no processo de avaliação apenas a interprete faz a leitura da prova por meio da leitura ele consegue responder e não foi necessária a questão da adaptação da prova por ser apenas um único aluno, mas sendo necessário ela tem toda a capacidade de tanto a revisão como a avaliação ser feita no processo necessário.*

De acordo com a resposta dada pela professora a avaliação do aluno surdo é realizada somente pela intérprete, dessa forma podemos notar que o aluno não está tendo acesso a leitura de português, logo vemos que o aluno não é alfabetizado já que o mesmo necessita da leitura da intérprete para realização de suas atividades. Acerca disto, observamos uma falha muito grande que é o direito do aluno surdo as aulas de português que está sendo tirado desse aluno, já que o mesmo não está frequentando essas aulas, pois ocorre o choque de horários das aulas de português com as aulas do AEE.

Segundo o Decreto de Lei 5626/05 em seu capítulo IV, artigo 14, no qual consta que se deve:

- VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;
- VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, devem-se utilizar mecanismos diferenciados de avaliação escrita com alunos surdos, valorizando o aspecto semântico. Desse modo, nas

correções das avaliações dos alunos surdos deve haver mais inclusão e entendimento da parte dos educadores, para considerar que há dificuldades naturais nos alunos surdos para aprender uma segunda língua, sem desvalorizar o conhecimento e esforço da sua primeira língua. Outra maneira que pode ser trabalhada com esses alunos, seria através da tecnologia e da LIBRAS, não limitando eles apenas a escrita em língua portuguesa, já que para a maioria o português é a segunda língua.

### 3.3 Entrevista com P3

A entrevista efetuada com o intérprete auxiliou no sentido de se conhecer sua atuação em sala de aula e sua interação com o aluno surdo. O roteiro levantou informações sobre questões relacionadas à experiência didática e às estratégias utilizadas para a tradução e a interpretação do conteúdo acadêmico oferecido ao aluno surdo.

A interprete da LIBRAS (P3) que trabalha na escola pesquisada possui formação para atuar como Tradutora e Interprete da LIBRAS com tempo de formação de 3 anos, mostrando certa experiência.

Segundo a intérprete, o que a levou a ser Intérprete da LIBRAS foi a curiosidade e a necessidade, pois, queria entender como funcionava a comunicação através da língua de sinais. Além disto, houve um outro motivo que foi ter uma irmã surda e querer comunicar-se com a mesma. Acrescentou:

*Nós duas somos testemunhas de Jeová e decidimos entrar na congregação de Língua Brasileira de Sinais, pra ajudar os surdos tanto a aprender mais de Deus como também da sua palavra da Bíblia.*

Em conformidade com Lacerda (2006), o professor regente não pode omitir a presença do intérprete em sala de aula, pois, o seu trabalho vai além de uma simples tradução, é através dele que ocorre a conexão de comunicação entre professor/aluno surdo e, desta forma, o processo de ensino aprendizagem.

É de suma importância a atuação do intérprete, visto que com sua falta torna-se impossível o aluno portador de surdez lograr conhecimentos e que os conteúdos aplicados pelo professor em sala de aula, sejam alcançados.

Quando perguntado a P3 quais eram os principais desafios que você enfrenta ao interpretar para alunos surdos em aulas regulares, a resposta foi:

*A falta de acesso ao material didático antecipadamente para me preparar.*

A partir da colocação de P3, observa-se que o mesmo compreende que a falta de acesso aos materiais didáticos antecipadamente se torna um desafio tanto para ele quanto para o aluno, pois dessa maneira P3 é pego de surpresa sem a preparação necessária e adequada para uma boa transmissão, pois se ele tivesse esse material com antecedência ele poderia contribuir e auxiliar significativamente na aprendizagem do aluno. Visto que a depender da disciplina existirá palavras de uso específico da disciplina e conseqüentemente sinais específicos dessa disciplina para serem transmitidos, desta forma há a necessidade dele ter acesso ao conteúdo previamente.

Sem colaboração e uma cumplicidade estabelecida entre esses dois profissionais, professor regular e intérprete, o trabalho para a efetivação de uma educação inclusiva fica comprometido, desta forma, o pensar coletivo é um fator central no estabelecimento de uma educação de qualidade para este público alvo.

Em seguida, indagamos como é a interação entre você, os professores e a equipe pedagógica para garantir a inclusão dos alunos surdos, P3 respondeu:

*Não existe tal interação.*

Ao observar a resposta de P3, foi observada a falta de comunicação, entre interprete, professor e equipe pedagógica. A interação entre todos é fundamental, uma vez que um cooperando com o outro, trocando e articulando as ideias da melhor forma possível de ensinar o surdo, auxiliará bastante. O intérprete será a ponte de comunicação entre professor e alunos surdos.

Também foi indagado se teria acesso a material didático antecipadamente para preparar sua interpretação, P3 respondeu:

*Não.*

A partir da resposta há falta de material didático que auxiliem em sala de aula, tornando, portanto, a educação para com os surdos ainda mais complicada. Através desse material o aluno desenvolve competências comunicativas por meio da atualização do material didático, considerando a realização do material elaborado e como será manuseado.

Quando indagado se recebe algum tipo de suporte ou treinamento contínuo para melhorar as habilidades de interpretação e facilitar a inclusão dos alunos surdos, P3 responde:

*Sim, além dos estudos semanais, eu também tenho contato direto com os surdos todas as semanas.*

A partir da colocação de P3 foi observada uma resposta muito vaga, pois estudos semanais não são o suficiente. A inclusão e a capacitação dos professores junto à escola precisam ser melhoradas para que os alunos surdos sejam amparados e a aprendizagem importante, através de cursos de capacitação.

Conclui-se que é evidente o quanto a função e formação dos profissionais da educação para alunos surdos é importante para a trajetória do aluno e também dos profissionais e de como as metodologias de ensino e os recursos didáticos dispostos pelos mesmos em sala de aula são pertinentes. Inclusive a inclusão de alunos surdos nas escolas, e as dificuldades encontradas pelos intérpretes e alunos surdos em âmbito escolar. Através dessa entrevista notamos a carência de educadores e gestores qualificados para trabalhar com alunos surdos, o despreparo é grande, o que atrapalha na formação e especialmente na inclusão dos mesmos.

#### **4. CONCLUSÃO**

Iniciamos esta pesquisa de conclusão de curso trazendo os dados teóricos através de uma pesquisa bibliográfica, cujo principal objetivo foi averiguar o uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS- no ambiente educacional do Ensino Fundamental II numa Escola Municipal de Areia Branca-SE, e como essa língua

influencia no desenvolvimento cognitivo do deficiente auditivo na sala de aula convencional.

Inicialmente, foi realizado um estudo acerca do panorama histórico sobre a inclusão educacional de estudantes surdos. Observamos que mesmo diante dos avanços no acesso, ainda encontram-se grandes desafios para o estabelecimento de políticas públicas que garantam a permanência e a qualidade de ensino para esses alunos.

Em seguida, no segundo capítulo, pudemos analisar através da fundamentação teórica alguns temas que permitiram aprofundar nossas competências relacionadas ao direito e dever da inclusão de LIBRAS para o aluno surdo no ambiente escolar. Pudemos expandir nossos conhecimentos através de estudos bibliográficos que nos permitiram analisar leis, propostas legais e o impacto da LIBRAS na vida social dos surdos. Trabalhamos nesse capítulo para compreender mais a fundo a inclusão dessa língua, quais direitos o surdo possui e quais propostas podem ser implementadas para melhorar essa inclusão.

No terceiro capítulo, através dos estudos já obtidos partimos para uma análise e discussão da pesquisa por intermédio das entrevistas que foram realizadas no ambiente escolar, a partir das quais foi possível averiguar que são necessárias estratégias pedagógicas como por exemplo: mais atividades em grupos; organização da sala em círculos para facilitar a interação e a leitura labial; apresentações de trabalhos afim de promover a inclusão do aluno surdo nas séries regulares, entre outros. Ainda mediante as perguntas realizadas aos entrevistados e nas nossas observações foram constatadas que apesar dos avanços, essa instituição de ensino ainda precisa de uma série de adaptações para assistir e proporcionar ao aluno surdo uma verdadeira inclusão eficaz, como: a entrega antecipada do material que será usada em aula para a intérprete, reuniões frequentes da gestão e professores para avaliar o desenvolvimento do aluno surdo, mais atividades e jogos interativos incluindo mais elementos visuais, cursos aprofundados em LIBRAS para os educadores e gestores, o uso de tecnologias como aplicativos de transcrição automática de voz para texto. Assim o aluno surdo pode interagir mais com os colegas e também ajudar a estimulação dos alunos ouvintes com a LIBRAS.

Vale salientar que a pesquisa de campo juntamente com as entrevistas realizadas foram fundamentais para nosso encerramento. A inclusão da LIBRAS está sendo eficiente e extremamente importante para o aluno surdo no ambiente escolar, visto que essa é a única forma de comunicação que o aluno usa através da intérprete. Além disso, outros pontos positivos é que a escola possui a sala de recursos com professor de LIBRAS e também possui alguns materiais visuais como o projetor.

Entretanto, embora a língua de sinais tenha sido favorecedora do desenvolvimento cognitivo em termo de conhecimentos, observamos que ela está sendo significativa por conta do apoio do intérprete em sala de aula, mas infelizmente esse aluno não está se desenvolvendo na língua escrita do português devido ao choque de horário das aulas de português com as aulas do AEE. Ademais, notamos que não há uma boa comunicação dos professores com a intérprete antes das aulas, e a falta de atenção dos gestores nesses quesitos.

Assim, chegou-se à conclusão de que a escola pesquisada desenvolve ações em favor dos processos inclusivos de alunos surdos e portanto, atingimos nosso objetivo geral já que concluímos que a LIBRAS está presente na escola e na sala de aula regular ajudando na comunicação e no desenvolvimento cognitivo do aluno surdo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**AGUIAR, L. G. Desafios do coordenador pedagógico no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.** In: o coordenador pedagógico e o

atendimento à diversidade. São Paulo: Editora Loyola. 2010. Acesso em: 08 de junho de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**. Rio de Janeiro: Degrau Cultural, 1988. Acesso em: 15 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Acesso em: 15 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Acesso em: 15 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Acesso em: 18 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Acesso em: 18 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Acesso em: 23 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jul. 2008. Acesso em: 23 de junho de 2024.

CABRAL, Fabiana Cavalcanti. **As dificuldades dos alunos surdos nas escolas públicas**. 2022. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) - Departamento de Letras, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022. Acesso em: 6 de julho de 2024.

CALADO, José Carlos de Almeida. **Projetos de Pesquisa, Artigos e Trabalhos de Conclusão de Curso**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. Acesso em: 10 de dezembro de 2024.

CORREIA, Patrícia Carlada Hora. NEVIS, Bárbara Coelho. **A escuta visual: a Educação de Surdos e a utilização de recurso visual imagético na prática pedagógica** Revista Educação Especial | v. 32 | 2019–Santa Maria Disponível

em:<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/27435/pdf> acessado em: 11.out. 2024.

FERRÃO, Cleomárcio Pereira; LOBATO, Huber Kline Guedes. **A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL**. In: **diálogos sobre inclusão escolar e ensino-aprendizagem da Libras e Língua portuguesa como segunda língua para surdos**. 2016. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

FERREIRA, M. A.; PORTO, F. **Inclusão e comunicação: a importância da LIBRAS na educação**. Educação e Sociedade, v. 41, n. 3, p. 257-275, 2020. Acesso em: 23 de agosto de 2024.

FERREIRA, Marina. **Integração e Inclusão: Uma Análise Crítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. Acesso em: 27 de outubro de 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

GUARINELLO, A. C. **A escolarização de alunos surdos e o desenvolvimento da linguagem escrita**. 2009. Acesso em: 12 de dezembro de 2024.

GUIMARÃES, Ueudison Alves. CRUZ, Renata Cristina Vilaça. **Os desafios da inclusão de libras no contexto educacional: revisão de literatura**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 06, Ed. 12, Vol. 02, pp. 75-91. Dezembro de 2021. Acesso em: 25 de agosto de 2024.

JESUS, Maria; SANTOS NETO, Carlos; SOUZA, Ana. **Diversidade e Inclusão: Desafios e Perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2023.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Inclusão escolar e a formação de professores para o atendimento ao aluno surdo**. 7. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Livia Maria da Silva (Org.). Surdez e bilinguismo: novas perspectivas para a educação dos surdos. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2006.

LODI, Ana Claudia Balieiro. **A inclusão escolar de alunos surdos: um olhar sobre a formação de professores**. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTANA, Ana Paula Nascimento (Org.). Surdez, educação e inclusão: uma abordagem bilíngue. São Paulo: Memnon, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

MANTOAN, M. T. E. (Org.) **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015. Acesso em: 07 de novembro de 2024.

MENDES, A. F; ALMEIDA, M. Z. C. M.; POLETO, L. **Educação inclusiva: desafios das crianças surdas no processo de alfabetização**. João Pinheiro, MG: Faculdade Cidade de João Pinheiro, 2023. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

MENDONÇA, Lorena Medeiros de et al. A importância da LIBRAS como componente curricular na educação básica. **Educação: Saberes e Prática**, v. 7, n. 1, 2018. Acesso em: 17 de agosto de 2024.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Acesso em: 01 de setembro de 2024.

ROCHA, Felipe; VIEIRA, Clara. **Pedagogia Inclusiva: Caminhos e Desafios**. Brasília: Editora UnB, 2021.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica 1**. ed. São Paulo: Avercamp, 2006. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

SANTANA, Ana Paula Nascimento. **Identidade surda e educação: reflexões sobre a prática pedagógica**. In: SANTOS, Sônia Aparecida de Oliveira; REZENDE, Angela Maria Martins (Org.). Educação e inclusão social: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2010. Acesso em: 18 de julho de 2024.

SANTOS, O. K. C.; & BELMINO, J. F. B. **Recursos didáticos: uma melhoria na qualidade da aprendizagem**. In: Fórum internacional de pedagogia, 5, Vitória da Conquista, 2013. Anais do V FIPEP. Acesso em: 16 de setembro de 2024.

SANTOS, Felícia Maria Pereira dos. **Mediadores escolares em formação no contexto inclusivo: Da busca por conhecimento à constituição de saberes**. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de educação. Programa de pós-graduação em educação: conhecimento e Inclusão social. Belo Horizonte, 2020. Acesso em: 23 de dezembro de 2024.

SANTOS, T.J; SOUZA, M.S.T; SANTOS, W.J. **O Ensino de Libras na Educação Inclusiva nos Anos Finais do Ensino Fundamental II e Ensino Médio**. Anais Eplis II, p. 1-10, 2019. Acesso em: 12 de janeiro de 2024.

SILVA, A. C. R. A; SILVA, I. N. S.; PAULA, K. A.; SANTOS, R. K. B.; FREITAS, M. C. M. A. **A alfabetização bilíngue do aluno surdo na rede regular de ensino em**

**Anápolis: entre o contexto ideal e o real.** In: I Conferência Internacional do Curso de Pedagogia. Universidade Evangélica de Goiás – Goiânia, 9 a 13 de junho de 2022. p. 73 – 93. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.

SILUK, Ana Cláudia Pavão (Org.). **Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a prática pedagógica.** 1. ed. Santa Maria: Laboratório de Pesquisa e Documentação – CE, Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

TURCHIELLO, P.; SILVA, S. S. M.; GUARESCHI, T.; **Atendimento Educacional Especializado (AEE).** In: SILUK, A. C. P. (org.). Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a prática pedagógica. Santa Maria: UFSM, CE, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2014. p. 32 –75. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

VITORINO, Anderson; SOUZA, Rita. **Educação Bilíngue: O desdobramento das práticas pedagógicas com surdos.** Aracaju: Criação, 2020. Acesso em: 30 de novembro de 2024.

# APÊNDICES

MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE  
BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **O Uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Educação no Ensino Fundamental II: Desafios e Perspectivas para a Inclusão Social dos Surdos em Sala de Aula Regular.** Está sendo desenvolvida por Cintia Soares de Moraes, do Curso de Letras-Língua Portuguesa da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Professora Daisy Mara Moreira de Oliveira.

O objetivo do estudo é averiguar o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no ambiente educacional do Ensino Fundamental II.

Solicitamos a sua colaboração para uma entrevista e seu tempo médio de duração de 30 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Cintia Soares de Moraes  
Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Areia Branca 24 de 09 de 2024

CAMILA GOMES FERNANDES  
Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Cintia Soares de Moraes, Telefone: (79) 99896-8020 ou para o Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe - Endereço: Av. Vereador Olímpio Grande, s/n. Itabaiana - SE. CEP: 49506-036. E-mail: [ce@academico.ufs.br](mailto:ce@academico.ufs.br) - Fone: (79) 3179 - 7184

**MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE  
BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.**

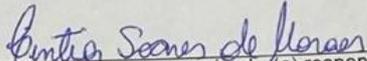
Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **O Uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Educação no Ensino Fundamental II: Desafios e Perspectivas para a Inclusão Social dos Surdos em Sala de Aula Regular**. Está sendo desenvolvida por Cintia Soares de Moraes, do Curso de Letras-Língua Portuguesa da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Professora Daisy Mara Moreira de Oliveira.

O objetivo do estudo é averiguar o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no ambiente educacional do Ensino Fundamental II.

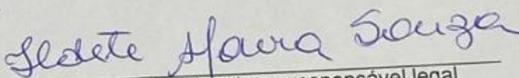
Solicitamos a sua colaboração para uma entrevista e seu tempo médio de duração de 30 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

  
Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Areia Branca, 26 de 09 de 2024

  
Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Cintia Soares de Moraes, Telefone: (79) 99896-8020 ou para o Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe - Endereço: Av. Vereador Olímpio Grande, s/n. Itabaiana - SE. CEP: 49506-036. E-mail: [ce@academico.ufs.br](mailto:ce@academico.ufs.br) - Fone: (79) 3179 - 7184

**MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE  
BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.**

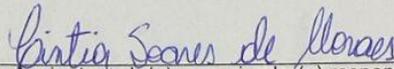
Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **O Uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Educação no Ensino Fundamental II: Desafios e Perspectivas para a Inclusão Social dos Surdos em Sala de Aula Regular**. Está sendo desenvolvida por Cintia Soares de Moraes, do Curso de Letras-Língua Portuguesa da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Professora Daisy Mara Moreira de Oliveira.

O objetivo do estudo é averiguar o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no ambiente educacional do Ensino Fundamental II.

Solicitamos a sua colaboração para uma entrevista e seu tempo médio de duração de 30 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

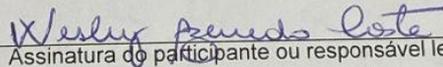
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.



Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Areia Branca, 13 de 09 de 2024



Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

**Wesley Azevedo Costa**  
Coordenador  
Portaria Nº 130/2024  
Areia Branca/SE

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Cintia Soares de Moraes, Telefone: (79) 99896-8020 ou para o Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe - Endereço: Av. Vereador Olímpio Grande, s/n. Itabaiana - SE. CEP: 49506-036. E-mail: [ce@academico.ufs.br](mailto:ce@academico.ufs.br) - Fone: (79) 3179 - 7184